Alencar Monteiro

Cabral ouve de Medeiros o pedido de que não deixe o Estado usar recursos dos operários

(ANC P4) 13 AGO 1987

Medeiros quer sindicato livre da tutela do Estado

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A futura Constituição deve assegurar um salário-desemprego digno, mas que não seja administrado pelo governo, "que pegaria o dinheiro para tapar os rombos das estatais". A opinião é do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros. Junto com o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, ele participou ontem de um debate com vários constituintes na Comissão de Finanças do Senado, a convite do senador Afonso Arinos.

Garantindo não ter compromissos com partidos, patrões, Igreja e governo, Medeiros defendeu o crescimento econômico do País como ponto fundamental para que os trabalhadores consigam a estabilidade no emprego. Sem o desenvolvimento da economia "não adianta ter a melhor e a mais bonita lei do mundo", disse o sindicalista, que voltou a criticar os parlamentares favoráveis à estabilidade plena. "Eles estão enganando, iludindo, passando um calote na classe trabalhadora."

Para Luiz Antônio Medeiros, além do salário-desemprego, a nova Constituição deve estabelecer duas únicas justificativas para demissões: problemas financeiros da empresa ou disciplinares por parte do funcionário. E admtiu que a demissão por questões disciplinares é justa. Ele próprio exclui de seu sindicato quem, "por exemplo, vá trabalhar bêbado".

Já Antônio Rogério Magri defendeu uma única representação sindical por categoria, o fim gradativo do imposto sindical — as contribuições seriam descontadas em folha, pelas empresas, mas só as aprovadas em assembléia. Apóia ainda o direito de greve. Para o sindicalista, a questão das demissões deve ser tratada pela Constituição, e não pela legislação ordinária.

O presidente do Sindicato dos Eletricitários sugeriu também que a Constituição taxe de maneira crescente os latifúndios improdutivos, que o assentamento dos sem-terra seja feito sem paternalismo e por cooperativas e que as verbas de educação sejam reservadas às escolas públicas. Pediu ainda que o Congresso Nacional dê respaldo ao Executivo na negociação da dívida externa e que instale, depois, "uma grande CPI para acabar com os marajás".

Sobre a greve geral marcada para o dia 20, Medeiros e Magri não acreditam que o movimento obtenha o consenso absoluto da classe trabalhadora. "Minha categoria está dividida", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, explicando que "com o acerto de ontem entre a CNI e a CNTI, para pagar de uma vez o resíduo salarial até 10% e em duas vezes o resíduo acima disso, a possibilidade de paralisação vai ficar ainda mais distante". (ver página 27).

FIM DO PATRULHAMENTO

Medeiros e Magri lamentaram o fato de ter partido do presidente da Fiesp, Mário Amaro, a iniciativa de tentar resolver os impasses entre capital e trabalho. "Os outros sindicalistas não vêem como os tempos são diferentes. Nós representamos o novo sindicalismo e não adianta nos patrulhar, porque não foram os patrulheiros que nos elegeram."

O deputado Bernardo Cabral elogiou os dois, "que representam o afastamento da demagogia do movimento sindical" enquanto a deputada Rita Camata também se congratulou com Magri e Medeiros, "que estão mostrando que progressista não é sinônimo de esquerdista".

O deputado Humberto Souto perguntou se eles eram a favor da ida ao FMI, com os sindicalistas garantindo que a soberania deve prevalecer e a recessão ser evitada, mas que é possível negociar com o Fundo desde que isso seja respeitado. "Em benefício dos trabalhadores de meu sindicato, negocio até com o diabo", disse Medeiros.

Luiz Antonio Medeiros também chamou de demagógica a pretendida redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas. Explicou que os metalúrgicos, depois de anos de discussões e greves, estão reduzindo à razão de uma hora de jornada por semestre até chegar a 44, "como é que os deputados, de uma canetada, poderão fazer o milagre da redução imediata. Não acredito em nada que não seja de comum acordo, nem em pressionar os patrões e os deixar no chão".

Antônio Rogério Magri defendeu a mesma posição e disse que no novo sindicalismo, "é preciso ter capitalismo forte, patrões com lucros para poder negociar para ganhar mais e talvez depois trabalhar menos". Passou o tempo de os sindicatos serem apenas plataforma de partidos políticos, que dominavam as assembléias sem levar em consideração a vontade da maioria dos trabalhadores".

"Estou agradavelmente surpreso, finalmente vejo líderes sindicais entender que sem empresa forte, não há bons salários, não há emprego nem sindicatos poderosos", afirmou o senador Roberto Campos (PDS-MT). A opinião de quase todos constituintes presentes foi favorável aos sindicalistas, que foram bastante aplaudidos no final.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos ainda admitiu que a garantia do crescimento econômico, que coloca como fundamental a estabilidade de emprego, poderia passar também por um entendimento com os trabalhadores, "talvez até a discussão da retomada do pacto social". Luiz Antônio Medeiros insistiu também na demissão só por motivos econômicos ou disciplinares, "pois a selva que está não pode continuar, porque quando o sindicato consegue aumento, vem a onda de demissões por rotatividade, para burlar a conquista dos trabalhadores".